

OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE: PERCEPÇÃO DE UM EDUCADOR

Maria Auxiliadora Gomes Santos¹
auxiliadora.gs@gmail.com

RESUMO

Na busca de novos rumos para uma conscientização ambiental, o presente trabalho tem como objetivo propor a reflexão sobre os desafios a serem enfrentados na implementação da Educação Ambiental na Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire, o qual servirá como base documental para conclusão da especialização (pós-graduação) de Educação Ambiental na Formação de Professores, viabilizada pela UFS (Universidade Federal de Sergipe). Ao despertar para a problemática enraizada no sistema educacional onde a ação do homem é limitada, e estranhamente tímida quando atribui-se deveres, apesar de grandes investimentos humanos, percebe-se ainda a ausência de interação, capacitação e conscientização em educação ambiental. As dúvidas e incertezas permanecem quanto ao uso das metodologias, retardando os processos de execução das ações e conscientização da sociedade. Desta forma, lançam-se questionamentos sobre “como” e “o que” deve ser ensinado e aprendido? Esses desafios terão que ser enfrentados de forma coletiva, isto é, envolvendo toda comunidade escolar e seu entorno, e, por conseguinte, estes contribuirão através ações reflexivas e atitudes para o processo de consolidação das políticas ambientais de forma sustentável.

PALAVRA-CHAVE: educação ambiental; desafios; interação; educador; sustentabilidade.

¹ Pós-graduanda do Curso de Especialização em Educação Ambiental para Formação de Professores – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão – SE.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Maroti.

INTRODUÇÃO

O que é educação ambiental?

Educação ambiental é o processo de aprendizado que proporciona o aumento do conhecimento e a percepção das pessoas sobre o meio ambiente e desafios associados a este, e desenvolve habilidades e saber para a solução desses desafios, através de atitudes, motivações e compromissos. Estes, por sua vez, levarão a tomadas de decisões baseadas em informação e na forma de ações responsáveis (*UNESCO, Declaração de Tbilisi, 1978*).

No início deste novo milênio, as condições ambientais globais parecem estar em processo contínuo de deterioração, associados à piora de velhos problemas e surgimento de novos. Pode-se destacar alguns destes problemas: catástrofes naturais – tsunamis, enchentes, alagamentos –, o surgimento de epidemias, a exemplo de crises de grande proporção, relacionadas à epidemia da AIDS na África Sub-Saariana e a epidemia da Dengue nos países sul-americanos. Naquele continente, discussões sobre qual o “conhecimento” ideal para tomadas de decisões e qual a melhor forma de enfrentação dos desafios advindos para aquele complexo ambiente foram iniciadas. Estas indagações devem ser feitas de forma contínua quando trazem repercussões diretas na vida das pessoas e no ambiente em que se inserem (*LE GRAND, 2001*).

A educação ambiental objetiva a formação do cidadão capaz de compreender o mundo e agir nele de forma crítica e consciente, haja vista que são preparados para formar “sujeitos ecológicos”.

A partir da década de 60 tiveram início manifestações populares em prol de uma qualidade de vida natural sem agravos e danos à natureza.

As mobilizações repercutem de forma abrangente e globalizada. Entre estas, convém ressaltar a *Conferência de Estocolmo (1972)*, cujo objetivo a responsabilidade de inserir a temática da educação ambiental na agenda internacional.

O reconhecimento internacional “*desse fazer educativo*” como uma estratégia para se construir sociedades sustentáveis, remonta a 1975, quando se instituiu o Programa Internacional de Educação Ambiental sob o auspício da UNESCO/PNUMA.

No campo institucional, a partir de 1973 o Governo Federal Brasileiro iniciava o processo de configuração da educação ambiental como política pública, no pós-criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente vinculada ao Ministério do Interior (*PRONEA, 1994*).

O segundo passo na institucionalização da política ambiental foi dado com a PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente) 1981 estabeleceu no âmbito legislativo a necessidade da inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. (PRONEA, 1994).

Durante várias décadas, a educação formal passou por um processo de reformulações, adequações na inserção de políticas sócio-educativas e sócio-ambientais. A partir da década de 70 torna-se mais abrangente as ações coletivas de reestruturação do planeta e de negação à crise ambiental, como contextualiza a *Carta de Belgrado (13 a 22 de outubro de 1975). Uma Estrutura Global para a Educação Ambiental.*

A reforma dos processos e sistemas educacionais é decisiva para a elaboração desta nova ética de desenvolvimento e de ordem econômica mundial. Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral. (Documento extraído de Educação Ambiental e Desenvolvimento: documentos oficiais. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo, 1994).

À sociedade inserida nesse processo, recomenda-se que não se deve praticar ações isoladamente fragmentando a estruturação organizacional. A educação ambiental neste sentido surge como pilar de sustentação e resposta aos apelos e preocupação de grupos, organizações dos movimentos sociais e populares, comprometidos com o futuro do planeta, e, sobretudo, da vida.

Tomam-se como base os objetivos da educação ambiental:

1. Conscientização: contribuir para que os indivíduos e grupos sociais adquiram consciência e sensibilidade em relação do ambiente como um todo e a problemas a ele relacionados.

2. Conhecimento: propiciar aos indivíduos e grupos sociais uma compreensão básica sobre o ambiente como um todo, os problemas a ele relacionados, e sobre a presença e o papel de uma humanidade criticamente responsável em relação a esse ambiente.

3. Atitudes: possibilitar aos indivíduos e grupos sociais a aquisição de valores sociais fortes vínculos afetivos com o ambiente e motivação para participar ativamente na sua proteção e melhoria.

4. Habilidades: propiciar aos indivíduos e aos grupos sociais condições para adquirirem as habilidades necessárias à solução dos problemas ambientais.

5. Capacidade de avaliação: estimular os indivíduos e grupos sociais avaliarem as providências relativas ao ambiente e aos programas educativos, quanto aos fatores ecológicos, políticos, econômicos, estéticos e educacionais.

6. Participação: contribuir com os indivíduos e grupos sociais no sentido de desenvolverem senso de responsabilidade e de urgência com relação aos

problemas ambientais para asseguarção apropriada para solucioná-los (Carta de Belgrado, 13 a 22 de outubro de 1975).

Vários seguimentos da sociedade como professores, pesquisadores, ambientalistas, associações e organismos preocupados com as questões, valoração, amplitude, gravidade e aceleração na degradação do meio ambiente, e qual o papel da educação para a melhoria e condições na efetivação de projetos? Objetivando abordagens com maior intensidade e rigor no intuito de detectar as causas e efeitos produzidos. Para se chegar a um consenso e viabilidade na praticidade diante das várias proposições pedagógicas deve se optar por algumas correntes que se encaixem no seu perfil, embora outras possam ser agrupadas para a melhor definição das suas atitudes, ações, compromisso e responsabilidade com a multipluralidade. Essas correntes servem como suporte para o embasamento dos dados percebidos, colhidos e pesquisados. Algumas destas foram dominantes nas décadas de 70 e 80 e outras mais recentes, conforme destacadas a seguir:

Correntes de longa tradição:

- *naturalista;*
- *conservacionista / recursista;*
- *resolutiva;*
- *sistêmica;*
- *científica;*
- *humanística;*
- *moral / ética.*

As correntes mais recentes:

- *holística;*
- *biorregionalista;*
- *prática;*
- *crítica;*
- *feminista;*
- *etnográfica;*
- *da ecoeducação;*
- *da sustentabilidade.*

Cada uma das correntes será apresentada em função dos seguintes parâmetros:

- *a concepção dominante do meio ambiente;*
- *a intenção central da educação ambiental;*
- *os enfoques privilegiados;*

o(s) exemplo(s) de estratégia(as) de modelo(s) que ilustra(m) a corrente.

Finalmente esta sistematização deve ser vista como uma proposta teórica e será vantajosa que constitua objeto de discussão e crítica. (SAUVÉ, 2005 p.18)

Dentre as correntes apresentadas acima, a resolutiva trouxe importantes ideais à sociedade no que se refere à educação ambiental.

A corrente resolutiva agrupa proposições em que o meio ambiente é considerado principalmente como um conjunto de problemas. Esta corrente adota a visão central de educação ambiental proposta pela UNESCO no contexto do seu Programa Internacional de Educação Ambiental (1975-1995).

Trata-se de informar ou de levar às pessoas a se informarem sobre problemáticas ambientais, assim como desenvolver habilidades voltadas para resolvê-las. Como no caso da corrente conservacionista / recursista, à qual a corrente resolutiva está freqüentemente associada, encontra-se aqui um imperativo de ação: modificação de comportamento ou de projetos coletivos. (SAUVÉ, 2005 p.21)

A Política Nacional de Meio Ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação e de outras providências, está regulamentada através da Lei n. 6.938, de 31/08/81.

Aos poderes são atribuídos suas funções e responsabilidades. Ao governo e aos órgãos competem gerir recursos, impor regras, executar tarefas e a sociedade compete cumprir seus deveres de cidadãos com responsabilidade.

A Educação Ambiental propõe a superação da dicotomia entre natureza e sociedade através da atitude ecológica nas pessoas e a formação de indivíduos sensatos, capazes de compreender o mundo e agir de forma consciente, numa visão sócio-ambiental. Reconhecendo que o meio ambiente é um espaço de relações, interações culturais, sociais e naturais, visualizada numa dimensão física e biológica.

1. A TRAJETÓRIA DE UMA CAMINHADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dando início a esta caminhada com o objetivo de realização de um projeto de educação ambiental para a formação de professores, viabilizando os anseios do educador e a capacitação, assegurada por direito a uma educação especial, numa área bastante questionada.

É imprescindível falar em educação ambiental desconhecendo as leis ambientais no nosso país, e a existência de órgãos ambientais responsáveis pela administração e cumprimento dessas leis, reconhecimento de áreas de preservação e defesa do patrimônio natural, seja público ou privado.

Assegura-se ao público em geral através do Inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) à necessidade de “promover” a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental).

O PRONEA, resultado de discussões integradas entre os MEC/MMA/MINC/MCT vem a somar esforços à luta em defesa do meio ambiente e tem por objetivo *capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivos e profissionalizantes em seus diversos níveis e modalidades.*

Espera-se com essas iniciativas que cada cidadão, pessoa comprometida, seja mais um multiplicador na defesa do meio ambiente, sobretudo, da vida, e esteja sintonizado com a natureza, defendendo os seus recursos, protegendo-os e superando todos os desafios pressupostos na luta pela inserção de políticas ambientais no âmbito das instituições educacionais públicas, privadas, filantrópicas, ONGs e de qualquer outra natureza.

Partindo do princípio investigativo, torna-se público e notório os problemas vivenciados pela comunidade escolar da Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire situada à Rua M, nº 198, no Conjunto Augusto Franco, bairro Farolândia, Aracaju – Sergipe, nas esferas social, cultural, ambiental e política econômica.

Os desafios, a priori, configuram-se na carência de uma política de reestruturação da educação pública, perpassando pelo processo de sensibilização, conscientização, interação e capacitação do corpo escolar.

Observa-se que o educador da escola pública esteve limitado a um mero conceito pontual conservacionista, quando se trata das políticas ambientais. A exemplo de datas comemorativas, passeatas, atos públicos, panfletagem, entre outras. Devido às dificuldades na implementação e conseguinte operacionalização da educação ambiental, e da carência de recursos, informações, assimilação e entendimento do papel do educador. Percebe-se nisso, inclusive, certa banalização da importância de políticas ambientais nos espaços públicos. As estratégias de ações interdisciplinares carecem de um trabalho continuado e permanente até atingir os objetivos mais amplos e abrangentes de (1) adquirir conhecimento, (2) sensibilizar e (3) integrar a comunidade escolar, conforme defende a educação ambiental:

1. Aquisição de conhecimentos: mostrar ao aluno de diferentes idades, aspectos importantes da dinâmica de diferentes ambientes enfocando, de maneira bastante geral aspectos da fauna, flora, características físicas locais e, quando possível, entrar em contato com a população local na tentativa de despertar o interesse por diferentes hábitos, culturas e tradições.

2. Sensibilização: utilizando-se de agrupamentos baseados em fatos científicos ou não, a tentativa de sensibilização do aluno quanto da preservação dos ambientes naturais é um ponto comum e importante em todos os projetos. Não há, entretanto, nenhum vínculo entre a destruição das paisagens naturais e nossa sobrevivência nos centros urbanos, bem como não há conexão entre a preservação da natureza e nossa estreita dependência de recursos.

3. Integração: fazer com que o aluno sinta-se parte do grupo a que atualmente pertence, através de tentativas lúdicas e acadêmicas em grupo. (PRONEA, 1994).

A educação como processo continuado ou permanente remete ao entendimento em Paulo Freire de que “o homem é um ser inconcluso e deve ser consciente de sua

inconclusão”(FREIRE, 1987, p. 42), ou seja, está em constante transformação, e cujo processo está condicionado, mas não somente, à condição real e evolutiva do ser:

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de uma lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo facto de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 12).

2. OS DESAFIOS DO PROFESSOR-EDUCADOR NAS PRÁTICAS SÓCIO-EDUCATIVAS E AMBIENTAIS

Ignorar os problemas, os desafios, o desestímulo vivenciados nos limites de cercamento das instituições da educação formal, é uma atitude incoerente. Deve-se investigar esses paradigmas partindo das hipóteses, percepções e toda evolução do processo educativo. À medida que aprofunda-se num viés, outros são estimulados, dando oportunidades a vários que necessitam ajustes.

O missionário da educação deve ser consciente da árdua função de educador e abraçá-la com o ânimo, zelo, sensibilidade e responsabilidade, dentro dos seus limites naturais.

Percebe-se que essa desestima é atribuída a vários fatores, que não foram dados a devida atenção e apreço, proporcionando e acelerando o que seriam problemas futuros. Justificando a falta de formação e informação profissional, provocando um desinteresse por uma causa justa à preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar que vários fatores como: sociais, culturais, econômicos desencadearam conseqüências graves e retratam o espelho da educação pública. A citar:

- As condições de trabalho;
- Valoração do educador;
- Fragmentação nas práticas educativas;
- Ausência de interação;
- Desarmonia entre docentes e discentes e pessoal de apoio;

A deficiência nas ações dos órgãos e organismos públicos e de classes reforçam a necessidade de implementação de políticas desafiadoras com o propósito de resgatar uma educação de qualidade, conquistada e assegurada ao cidadão, como preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Entende-se a deficiência na grade curricular, sugere-se medidas a serem adotadas para a inserção de políticas educativas na instituição, comprometendo-se a sensibilizar o alunado para as práticas e ações no resgate e proposição para uma melhor qualidade de vida. Baseada nessa proposta o MEC (Ministério da Educação e Cultura), preocupado com a situação do país, propõe melhorias, criando os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), produzidos com base na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 –, e lançados oficialmente em 15 de outubro de 1997. Estes Parâmetros consideram os diferentes contextos históricos-políticos e culturais bem como a diversidade de questões sociais, sua dimensão e universalidade, expostos nos temas transversais: ética, sexualidade, meio ambiente, saúde. (FONTES, 2008, p. 160).

Este trabalho foi elaborado pela equipe de especialistas, em forma de propostas, conjunto de informações que servirão como “guia de orientação” para melhorar a qualidade do ensino e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

Para implantação desta proposta foram considerados estudos psico-pedagógicos e experiências de currículos nacionais e internacionais, e adotou como objetivos estabelecer referência curricular e apoiar a revisão e/ou elaboração da proposta curricular dos estados ou das escolas integrantes do sistema de ensino. É essência desta proposta contribuir com a erradicação da repetência e da evasão escolar.

Provocar os gestores públicos, a comunidade escolar, a sociedade civil, a compreender a importância do educador como mediador na expansão da educação. Acreditar que as mudanças e os avanços acontecem a partir da interação humana. A capacidade e a criatividade, além das estratégias são fortes pilares para uma grande transformação social.

Com o propósito de contribuir com esse processo foi então criada a PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99). Tal lei já em seu Capítulo I, Art. 1 apresenta o entendimento de educação ambiental, e ainda, a preocupação com a dignidade do homem e sua inter-relação com a natureza: *entendendo por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, Lei 9795/99).*

Mais adiante, no Capítulo III, Art. 16. da PNEA (1999) é exposto que *os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados*

os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. Disso, constituem-se elementos à operacionalização desta política, possibilitando aos diferentes sujeitos sociais e políticos intervirem diretamente nas fragilidades da sociedade e das instituições de ensino.

3. (RE)PENSANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE: EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÃO

Repensar a prática pedagógica do docente na escola pública, significa ter uma visão holística do universo sócio-político e educativo do qual está inserido. Intrinsecamente, esse movimento tende a apontar as principais necessidades e desafios enfrentados pela comunidade escolar e seu entorno, implicando direta e indiretamente na motivação ou desmotivação do docente e na formulação de expectativas quanto ao desenvolvimento da educação.

Neste sentido, a prática pedagógica, permeada pela formação e pelo processo de ensino-aprendizagem pode ser encarada como elemento de reflexão da qual procura-se redimensionar a experiência do fazer educativo, buscando (re)definir suas competências a partir de uma consciência crítica da educação e do seu papel interventor nas questões políticas, culturais e ambientais.

Entender esta complexa trajetória facilitará também o entendimento da relação entre motivação e o fazer educativo. Em outras palavras seria oportunizar ao docente e aos seus beneficiários diretos e indiretos conhecer suas potencialidades e limitações, ora como um processo que incentiva comportamentos direcionados a objetivos, ora como posturas que podem provocar o desdobramento de atividades saudáveis, autônomas e transformadoras ainda pouco vivenciadas no atual sistema educativo.

Assim, a motivação configura-se, portanto, como sendo um condicionante à formação do sujeito educador, do fortalecimento do profissional de educação e de sua prática cotidiana, como definido em *TAPIA E FITA (1999, p. 77)*:

Um conjunto de variáveis que ativam a conduta e orientam um determinado sentido para poder alcançar um objetivo” e que “estudar a motivação consiste em analisar os fatores que fazem as pessoas empreender determinadas ações dirigidas a alcançar objetivos.

Das classificações de motivação em *TAPIA E FITA (1999)*, ligadas à conduta humana e aos processos de aprendizagem, destacam-se duas que são importantes na formação do docente:

1. A motivação relacionada com o eu, com a auto-estima, decorrente dos aspectos relacionais e afetivos ligados ao processo de ensino e de aprendizagem. Os êxitos e fracassos definem seu autoconceito, ajudando-o a formar uma imagem positiva ou negativa, motivando confiança e auto-estima, impulsionando a seguir adiante, realizando novas aprendizagens.

2. Motivação centrada na valorização social (motivação de afiliação), ligada à satisfação afetiva que leva à aceitação do outro, à aprovação de pessoas ou grupos sociais.

Associando esta reflexão ao pensamento de CARVALHO (2002), em seu livro *“Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário”* de que *toda educação é ambiental*, considerar-se-á que há uma relação complementar e estritamente íntima entre a motivação e o fazer, impulsionada inclusive por vários sentidos, seja material, sentimental, concreto ou abstrato.

Prosseguindo com essa linha de análise, é possível apropriar-se da dimensão plural de valores fundamentais para a profissão do docente. Os valores a que se refere o estudo estão condicionados aos diferentes tratamentos e relações estabelecidas entre docente e discente e igualmente entre docentes e o corpo diretivo escolar.

Todavia, e mesmo que considere-se no docente a capacidade profissional, o seu poder de facilitação de informações e conhecimentos, mais também, de sua determinação, dedicação, além de outras atribuições políticas e culturais, ainda assim, este não está isento de conflitos internos gerados no ambiente de trabalho e externos nas relações dialógicas ou reivindicativas com os organismos governamentais. A eficiência desta lida é imprescindível ao processo de motivação e fortalecimento do indivíduo e sua interação com o mundo, constituindo-se nisso um fator fundamental em seu processo de desenvolvimento.

5. ALERTAR SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS GERADAS À INSTITUIÇÃO ESCOLAR QUANDO IGNORAM-SE OS COMPROMISSOS COM A EDUCAÇÃO

“A Educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.(JOHN DEWEY).

Perante a Constituição Federal Brasileira (1988) todo cidadão tem direito a educação, Art. 205: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.*

Cabe ao educador, a missão de informar, propagar de forma clara os conhecimentos e práticas utilizadas na implementação de ações reestruturantes para a melhoria na qualidade natural, social do cidadão.

Sabe-se que o homem não vive isolado, fundamental é ação coletiva, unindo atribuições e as verdadeiras práticas aplicadas e objetivos definidos. Todos os obstáculos dentro desta problemática ambiental, deve ser repensada com cautela. Convém ressaltar que a ação humana perpassa limites diversificado no campo da ecologia. Muitas vezes atuando nas esferas natural, ou subjetividade esquecendo que toda ação desenvolvida deve ser considerada e reconhecida como real no campo dos conhecimentos naturais, antropocêntrico e dos saberes relacionados à ecologia. Conscientemente o educador deve pautar-se nesse parâmetro bastante lembrados pelo chinês Confúcio quando relata em textos. Como segue: ***“Quatro coisas deve o educador ter sempre em mente: os seus conhecimentos, a sua conduta, a sua integridade e a sua lealdade”***.

Pautada nesses ensinamentos confucionistas, vale questionar de forma contínua e persistente a conduta e a integridade como pilares de sustentabilidade na formação da consciência humana. São fatores determinantes para o reconhecimento do caráter e comportamento do cidadão e nele deve se depositar recursos e confiabilidade. Para o desenvolvimento sustentável faz-se necessário a interação humana agregada aos recursos naturais, econômicos, social, político e cultural, mas em contrapartida deve-se ter cautela diante das necessidades do presente, de forma equitativa e ética, e ao mesmo tempo arquitetar possibilidades sem comprometer o futuro de várias gerações.

Convém alertar a população de que de nada servirão as leis ou atitudes governamentais se cada cidadão não adotar posturas comportamentais éticas em relação ao meio ambiente.

6. ENCARAR OS PARADIGMAS POLÍTICOS, SÓCIOAMBIENTAIS, SÓCIOECONÔMICOS, POSTOS DIANTE DA MISSÃO DO EDUCADOR

Os desafios poderão ser encarados a partir do conhecimento das causas e efeitos percebidos ou vivenciados na Instituição, comunidade, país e universo.

A natureza da problemática torna-se importante e deve ser encarada, para que haja um planejamento e a solução a ser proposta e implementada. Os envolvidos nesse projeto

educativo devem estar comprometidos através de vínculos legais, socioculturais, afinidades e consciência ambiental.

Entender as dificuldades e obstáculos a serem enfrentados nas diversas situações cotidianas, a priori, deve-se investigar as deficiências e descasos, tanto no âmbito físico-estrutural, bem como, na sua funcionalidade e colocar em prática o projeto de inserção da política ambiental.

Relacionar as carências vivenciadas pela comunidade escolar “Ofenísia Soares Freire” e propiciar melhorias, sustentabilidade no desempenho e funcionamento da instituição. Com o amparo legal dos órgãos competentes e assessoramento de pessoas comprometidas com a cidadania.

Diversos fatores permeiam a comunidade, como: dificuldades econômicas, moradias em áreas de risco (condição subumana), desprezo dos valores naturais, saúde pública precária, banalização no tratamento do patrimônio público, falta de conscientização do homem na preservação do bem maior e natural, a vida. Tendo em vista ser primordial o acolhimento, carece ser observado bem esses fatores, pois servirão como metas apreciativas na realização da reestruturação da grade curricular oficializada e adequada a realidade do cidadão. A política ambiental não pode estar despreendida do ser cidadão. Repensar, organizar as idéias de maneira objetiva, clara a ser produtiva no sentido de assimilação por parte dos educandos (receptores).

De nada adianta o acúmulo de informações, sem que possa ser absorvida de forma correta, coerente e consciente. Essas informações, aliadas à prática, otimizam o efeito transformador.

7. ABORDAGEM DA TRAJETÓRIA DE VIDA DOS DISCENTES E COMPREENSÃO DE SUA REALIDADE

Para Rohden,

“o educador não é um simples professor que transmite idéias a seus alunos – é um verdadeiro mestre que vive tão intensamente a verdade que seus discípulos se sintam irresistivelmente contagiados por essas poderosas auras. Pode o professor fazer algo para seus alunos, mas o mestre é o que é muito para seus discípulos. O íntimo ser é incomparavelmente mais poderoso do que todo o externo fazer.”(ROHDEN, 2005 p.92).

Ainda sobre a interação professor-aluno Rohden (2005 p.92) conclui que “*o verdadeiro educador deve ser um mestre na experiencial verdade sobre si mesmo e na vivência integral dessa verdade*”.

Deste modo, investigar, decerto remonta a preocupação do dever cumprido por parte do educador e dá a oportunidade de mostrar a veracidade dos fatos. As hipóteses, portanto, não devem servir de objetos conclusivos em si próprios, se não houver, sobretudo, investigação, para então dar-se a si uma resposta plausível à intervenção técnica e aos saberes.

O dever e a responsabilidade são virtudes que deverão ser reconhecidas e encaradas de forma prazerosa, realizadora e não induzidas.

Ao educador cabe o papel de idealizador e formador de opiniões que possam surtir efeitos positivos. Com objetivos definidos, terá que estar preparado para os confrontos visíveis e perceptíveis com as estratégias de desenvolvimento e a política globalizadora, que envolve vários paradigmas, de dimensões grandiosas da ética, da cidadania e da justiça.

A relação educador-educando deve estar sintonizada com os mesmos anseios, costumes, objetivos na construção do ambiente sadio, prazeroso, construtivo em vários sentidos. De nada adiantam atitudes isoladas ou jogadas de marketing, pois perde-se o sentido de educar, haja vista que esse transformador deve estar envolvido em contextos diferenciados e interligados ao social, político e pedagógico. Isso reforça idéias utilizadas na aplicação de ensinamentos.

Compreender a intensidade desses objetivos requer amplitude no entendimento o qual está inserido, como a interação educador-educando-escola. Não se pode antecipar resultados quando se desconhece a história e funcionamento interno da instituição, além das relações externas com as pessoas que compõem essa comunidade. Estar no estágio dedutivo induz ao educador o dever de ir além fronteiras através da preocupação, dedicação, na busca de soluções dos problemas que permeiam todo o ambiente. Sendo assim, o cidadão; o professor-educador torna-se capaz de questionar, propor, sugerir ao objeto da investigação soluções para essa inquietude humana.

4. METODOLOGIA

Com o propósito apresentar e discutir sobre a educação ambiental, sua trajetória, importância e desafios de aplicabilidade nos diferentes espaços sócio-educativos, em especial, na Escola Estadual Ofenísia Soares Freire, foi desenvolvida uma metodologia apoiada na

revisão bibliográfica de literatura e na elaboração, aplicação e sistematização de pesquisa semi-estruturada - em caráter de amostragem.

Para a pesquisa foram elaborados dois inquéritos (em anexo) – “Perfil Ambiental da Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire” e “Percepção ambiental do aluno da Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire” - contendo perguntas fechadas e abertas. Esta teve como sujeitos os membros da citada comunidade escolar, quais sejam: direção, coordenação, professores e alunos, que durante visita do pesquisador foram submetidos a responderem os referidos instrumentos. Os dados e informações coletados nestes foram tratados, sistematizados e são expostos aqui em caráter qualitativo e quantitativo, possibilitando assim uma visão panorâmica ao tempo que sistêmica da instituição pesquisada.

5. APRESENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A investigação em educação ambiental foi desenvolvida no mês de julho de 2009, em um total de 30 alunos(as)² dos EJAEF e EJAEM (Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio, respectivamente), através de inquéritos com questões abertas e fechadas, com direção, professores e pessoal de apoio.

Para além de uma simples constatação, a investigação produziu uma significativa quantidade de dados (percepções), desdobradas em depoimentos, críticas e sugestões à ausência de práticas continuadas em educação ambiental, bases à formatação do perfil sócio-ambiental da Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire, pistas à análise dos desafios para implementação da educação ambiental na referida escola.

5.1 PERFIL AMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFª OFENÍSIA SOARES FREIRE

A Escola Estadual Ofenísia Soares Freire está localizada³ à rua “M”, nº 198, no conjunto Augusto Franco, bairro Farolândia, na zona sul da capital sergipana, Aracaju.

² Entre alunos os inquiridos 53% do sexo masculino e 47 do sexo feminino. A distribuição destes por idade teve a seguinte constatação: 17% (menos de 18 anos), 53% (19-30 anos) , 23% (31-50 anos) e 7% (mais de 51 anos).

³ Segundo dados de 2009, a escola registrou 1097 matrículas (entre renovações e novas), e cuja distribuição de alunos matriculados está disposta nos 03 turnos de ensino, sendo: 11 turmas no turno da manhã (da 5ª a 8ª série do ensino fundamental), 12 turmas no turno da tarde (de 1ª a 4ª série do ensino fundamental) e 07 turmas no

Fundada em 10 de maio de 1982, através do Decreto 5.320/82 do Conselho Estadual de Educação a escola funcionou de forma irregular durante quase duas décadas. Somente em 06 de abril de 2006 a escola é regulamentada pela Resolução 108/2006.

A **Figura (1)** de satélite, apresentada a seguir, permite identificá-la e localizá-la geograficamente:



Figura 1 – Imagem de satélite determinando a localização da escola e pontos relevantes de seu entorno imediato.

Fonte: NASA/Google Earth (Coordenadas: 10°57'53.45''S 37°04'13.70'' elev. 7m)

Ao analisar a **Figura (1)** é possível perceber que o espaço territorial em que a Escola está localizada é composto por um relativo adensamento populacional (complexo habitacional), por terrenos ociosos - os populares “terrenos de engorda” com fins comerciais pela construção civil -, e por uma ocupação ou “invasão” popular urbana. Ainda neste aspecto, destaque para o entorno da Escola que apresenta limites naturais (ao Norte e Oeste), o manguezal e canal Santa Maria “braço” do rio Poxim, que ao longo das décadas vem sofrendo modificações pelo processo de ocupação e uso do solo, seja legal ou ilegal.

turno da noite. As turmas do turno da noite em especial estão integradas aos programas de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Médio (EJAEF e EJAEM).

Nesta área, o crescimento populacional tornou-se uma constante nos últimos anos. Resultante disso o aumento da demanda pelos serviços básicos de saúde, educação e saneamento (esgoto, água, energia, urbanismo...). Dos referidos serviços, em especial, o de esgotamento sanitário, ainda deficiente, revela um grande problema sócio-ambiental à comunidade, afetando diretamente na qualidade de vida. Isso em virtude da falta de estrutura física apropriada para a captação e tratamentos dos resíduos residenciais **Figura (2)** tem contribuído negativamente para o aumento dos índices de doenças, como por exemplo a dengue.



Figura 2 – Canais de esgoto à céu aberto, próximo à escola.
Fonte: Arquivo Pessoal. Foto tirada dia 19 de julho de 2009.

Outra informação importante a ser considerada sobre a Escola Estadual Prof^a Ofenísia Soares Freire e seu entorno diz respeito à inexistência espaços, praças e/ou parques, dotados de áreas verdes **Figuras (3)**. Não diferente disso, os logradouros e avenidas são pouco arborizados. Raras são as vias públicas que cultivam árvores. Concomitante a esta consideração, faz-se interessante constar também que, mesmo dotado de coleta de lixo periódica semanal -, cujo material coletado é levado para o Lixão da Terra Dura, espécie de

aterro sanitário, localizado no fronteiroço bairro Santa Maria – não é raro encontrar as vias públicas e passeios de pedestres sujos. Em certa tolerância, essa realidade deve-se também à falta ou frágil ação sócio-educativa conscientizadora dos governos e da própria sociedade, que possibilite aos cidadãos comuns gozar de espaços de convivência comunitária de forma saudável.



Figura 3 – Melhor detalhamento da localização da escola e áreas verdes próximas, por imagem de satélite.

Fonte: NASA/Google Earth (Coordenadas: 10°58'17.85''S 37°04'30.13'' O elev. 10m)

5.2 ASPECTOS FÍSICOS DA ESCOLA

A Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire dispõe em seu espaço físico de 14 salas de aula, 01 secretaria, 01 gabinete de direção, 01 sala de professores, 01 sala de reunião, 01 cozinha/cantina, 01 sala de vídeo, 02 banheiros coletivo (masculino e feminino), além de área de lazer compreendida por 01 quadra poliesportiva, 01 pátio recreativo e 01 campo de futebol.

Discorrer sobre os aspectos físicos da Escola Estadual Profª Soares Freire faz-se necessário para entender que, não diferente de muitas escolas do ensino público de Aracaju, de Sergipe ou do Brasil, esta escola sofre com o descaso e abandono no que diz respeito à

estrutura básica de ensino necessária ao funcionamento adequado. Isso decerto tem reflexo direto nas condições de trabalho, e; na qualidade de ensino.

A precariedade das salas de aula (carteiras, quadros), dos espaços e aparelhos de lazer (quadras, pátios) e de pesquisa e leitura (biblioteca, salas de leitura, laboratórios) também incidem nesta qualidade, comprometendo e colocando em risco, inclusive, a integralidade da comunidade escolar *Figuras (4, 5)*. A situação da estrutura física a que se refere esta análise compreende uma leitura superficial da realidade físico-ambiental e das dificuldades de gestão pública da educação.



Figura 4 – Salas de aula e espaços de lazer da Escola Estadual Profª. Ofenísia Soares Freire

Fonte: Arquivo Pessoal. Foto tirada dia 19 de julho de 2009.



Figura 5 – Vista geral da escola.

Fonte: Arquivo Pessoal. Foto tirada dia 19 de julho de 2009.

5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando os dados coletados pelos inquéritos, que relacionam política de educação ambiental, instituição de ensino e sociedade, sugere-se que conforme disposto nestes o entendimento de educação ambiental ainda é pouco evidenciado, resultando assim numa diversidade de interpretações restritivas; reducionistas, ou ainda, pouco dialógicas entre si. Isso infere afirmar que em virtude de trabalhos sócio-educativos ainda pouco cipientes ou inexistentes desdobram-se tal “laicidade” e entendimentos (questão 01):

É a pessoa saber e aprender a cuidar do meio ambiente, cultivá-lo; preservá-lo; não estragar o meio ambiente. (Inquirido 15)

Conscientização de que se não cuidar com certeza vai piorar. (Inquirido 16)

Se trata de proteger o ambiente, mas utilizar seus recursos com responsabilidade. (Inquirido 17)

Jogar lixo nas lixeiras; não botar lixo nos rios e etc... (Inquirido 19)

A educação ambiental tem muitas coisas boas e ruins. A boa – que a natureza está viva. A ruim – que o homem está destruindo a natureza. (Inquirido 28)

*Não entendo nada porque a professora nunca fala sobre o meio ambiente.
(Inquirido 03)*

Não diferente das constatações acima apresentadas, surpreende também o fato de que embora informado pela direção, da existência de projetos ambientais na escola (questão 02), a assertiva entra em contradição quando cruzada com as manifestações da maioria significativa dos alunos inquiridos. Estes, por sua vez destacam o fato da escola não desenvolver ações e projetos em educação ambiental, intra e extra-sala. Contatam apenas a esporádica situação em quem os alunos e professores de disciplina específica realizaram passeios pontuais a **um lugar com muita vegetação** (Inquirido 23), o que relativiza e contraria o sentido de ser educação ambiental.

É interessante refletir que, na medida as ações sócio-educativas e ambientais pontuais pouco ou em nada incidem positivamente na mudança de comportamento dos sujeitos individuais e coletivos, indicam a necessidade de reformulação e (re)significação destas, de modo a serem desenvolvidas de forma inter-relacionada e interdisciplinar, a médio e longo prazos, ou melhor, de forma continuada e permanente.

Esta inter-relação está de alguma forma associada a questão de que assim sendo, a educação ambiental é algo que não acontecerá de forma fragmentada, tampouco de forma a despertar um movimento homogêneo e isento de conflitos de idéias e concepções. Ou seja, é natural disso o enfrentamento ideológico, de posturas divergentes, o que implica falar de motivação ou até da desmotivação durante a trajetória de construção da educação ambiental.

Sobre este aspecto, na questão 03, foi solicitada a opinião dos inquiridos sobre o que pode motivar uma pessoa a agir para ajudar o meio ambiente. Como resposta a esta questão, apenas 17% expressaram suas opiniões, em destaque:

Desenvolver campanhas de comunicação contra o desmatamento. (Inquirido 02)

Desenvolvendo projetos de educação ambiental. (Inquirido 14)

Tendo conhecimento mais profundo sobre o assunto educação ambiental para assim motivar as pessoas a colaborarem com o meio ambiente (Inquirido 26)

O amor pela vida e pela natureza. (Inquirido 29)

Na questão 04 do inquérito, sobre estar ou não preparado para participar de ações em defesa do meio ambiente, 83% afirmou estar preparado. E, para justificar tal disposição, já em suas justificativas consideraram como podem participar:

Fazendo e ajudando projetos do Ministério da Educação
(Inquirido 01)

Levando o conhecimento para a população, dando uma chance para nossas vidas. (Inquirido 06)

Sensibilizando outras pessoas a ajudarem o meio ambiente
(Inquirido 08)

Não poluindo rios e plantando árvores (Inquirido 13)

Conscientizando a população a não poluir e não degradar rios e matas (Inquirido 14)

Não jogar lixo nas ruas e não desperdiçando água.
(Inquirido 20)

Plantando árvores, reciclando lixo. (Inquirido 21)

O mundo precisa de voluntários para defender o meio ambiente. (Inquirido 23)

Limpando a praia, jogando lixo no lixo e multiplicando isso para outras pessoas (Inquirido 25)

Solicitou-se na seqüência que os inquirido listassem os principais problemas ambientais que são encontrados na escola e na comunidade onde está a escola (questão 05). Entre os problemas listados, quais sejam de caráter físico-estrutural e ambiental:

Temos problemas com as quadras, as carteiras, as pinturas das paredes; não temos ventiladores nas salas de aula; não temos uma quadra adequada (Inquirido 01)

Falta de quadro bom; quadras de esporte, sala de aula em péssima condição (Inquirido 02)

Canais a céu aberto, colégio com o mato muito alto, paredes e ruas sujas, portas danificadas, paredes riscadas, etc. (Inquirido 15)

Poluição dos rios, desmatamento, invasão de manguezais, lixos espalhados nas ruas e esgotos. (Inquirido 16)

Pichação nas paredes, barulho sonoro, banheiros sujos, lixo no chão, falta de campanhas educativas. (Inquirido 18)

Deixam a caixa d'água transbordando muito tempo, a lata de lixo aberta, etc. (Inquirido 21)

A totalidade dos inquiridos vê uma relação dissociável entre os problemas ambientais e estruturais da escola e da comunidade. Sobre estes aspectos é possível salientar que os depoimentos apresentados, constituem alguns dos principais desafios à (re)significação da intervenção do poder público e da sociedade nos processos de promoção, garantia e de acesso às políticas de educação e saneamento ambiental.

Esta leitura preliminar da realidade sócio-ambiental tem por exemplos as situações-problemas do cotidiano destes jovens que, inseridos numa sociedade vislumbrada pelo consumo desenfreado, parecem não compreender sobre o funcionamento dos mecanismos de promoção e garantia de direitos (sociais, culturais, econômicos e ambientais), e ainda, sobre o poder de intervenção da sociedade civil em propor políticas públicas, alternativas a recuperação e conservação do meio ambiente. Isso pôde ser percebido quando das respostas à questão 06 – como você acha que pode ajudar a resolver este(s) problema(s)?

Conversando com as pessoas para não jogar lixo nas ruas, nos canais, principalmente plásticos; não atear fogo nas florestas. (Inquirido 03)

Constituindo uma organização com ações em defesa e preservação do espaço que usamos. (Inquirido 05)

Buscar ajuda do prefeito. (Inquirido 09)

Fazendo mutirões, onde poderemos fazer palestras sobre meio ambiente. (Inquirido 17)

Conscientizando principalmente os empresários que poluem e não contribuem com o meio ambiente. (Inquirido 16)

Desenvolvendo campanhas sobre meio ambiente. (Inquirido 18)

Não há como ajudar, só o prefeito pode nos ajudar. (Inquirido 23)

Fazendo feira de ciências; indo de casa em casa. (Inquirido 25)

Na questão 07 referente ao interesse de desenvolvimento de projetos e ações sócio-educativas ambientais na escola e comunidade, 2/3 das manifestações mostraram ser importante, visto serem essenciais para a mudança de mentalidade, além de contribuir com a preservação da vida. Todavia, 1/3 destacou o desenvolvimento de projetos como negativo:

Porque eu vejo isso (dos problemas) como pessoal. Cada um deve tomar consciência disso.
(Inquirido 09)

Pois falta interesse dos coordenadores gerais. (Inquirido 19)

Porque as pessoas não se interessam por isso e poucos ligam para o que está acontecendo.
(Inquirido 23)

São muitas pessoas mal-educadas para uma pessoa educada tentar mudar o modo de pensar de cada uma. (Inquirido 24)

Porque a diretora nunca fala sobre o meio ambiente com os alunos. (Inquirido 30)

Dando seguimento ao inquérito, com o propósito de elencar alternativas aos problemas apresentados, foram sugeridas nas questões 08 e 09 do inquérito, opiniões e sugestões, respectivamente, de como o professor-educador e o aluno podem contribuir com a resolução dos problemas ambientais da escola/comunidade e, que tipo de ação ambiental pode ser implementada?

Para a questão 08, destaques para:

Fazendo trabalhos e pesquisas sobre educação ambiental na escola e comunidade.
(Inquirido 01)

Integração professor-aluno. (Inquirido 03)

Levar conhecimento para a comunidade através de palestras, cartilhas, faixas, panfletos...
(Inquirido 06)

O professor pode ajudar nas aulas, passando conhecimento para os alunos, e os alunos vai multiplicando estes conhecimentos com outras pessoas. (Inquirido 10)

Juntando forças, porque com forças conseguimos mais. (Inquirido 11)

Unindo, aprendendo e praticando. (Inquirido 14)

Conhecimento e estabelecendo parceria prefeitura e órgãos públicos. (Inquirido 24)

Unindo professores, alunos, diretores e prefeitura para discutir os problemas da escola e do meio ambiente. (Inquirido 28)

Como sugestões – questão 09 – seguem:

Reformando a escola, construindo espaços de lazer (quadra de esportes). (Inquirido 01)

A escola limpa (banheiros bem cuidados); evitar o desperdício de água. (Inquirido 02)

Educadores para sugerir e orientar ações para/com a comunidade. (Inquirido 03)

Urbanização; tratamento de esgotos nas ruas. (Inquirido 04)

Palestras e reuniões para determinar o que devemos fazer (planejamento). (Inquirido 05)

Arborização, limpeza área interna (da escola). (Inquirido 16)

Sugiro a conservação das carteiras escolares. (Inquirido 17)

Reciclagem de material. (Inquirido 18)

Palestras e passeios para lugares com vegetação, além de mutirão para fazer reparos e pintar o colégio. (Inquirido 23)

Quadras limpas, palestras sobre o meio ambiente, palestra sobre as água. (Inquirido 24)

Quadras sempre limpas, capim tirado, todos trabalhando para não jogar lixo nas ruas, etc. (Inquirido 28)

Assim sendo, os resultados dos inquéritos foram bastantes significativos, percebendo-se nestes as diferentes visões do meio ambiente, entendimentos e sugestões à solução dos problemas sócio-ambientais e a preservação diversidade cultural, de forma crítico-reflexiva e integrada.

6. CONCLUSÃO

Para fins de conclusão deste trabalho que se propôs a analisar os principais desafios na implementação da educação ambiental na escola pública “Ofenísia Soares Freire, em Aracaju, e discorrer em linhas gerais a trajetória da educação ambiental, pôde-se concluir que entender a complexidade do fazer educação ambiental requer somação de forças e motivações, bem como empenho dos diferentes sujeitos sociais na luta constante pela mudança e construção de uma consciência cidadã sustentável. Afinal pouco foi feito, mas há muito ainda por ser feito.

Considerar que o entendimento e a co-responsabilidade sobre as questões inerentes ao meio ambiente e, por conseguinte, a vida devem ser comuns a toda pessoa humana ainda soa utópico, porém esse movimento, mesmo que divergente, deve ser pautado e refletivo continuamente na sociedade, começando quiçá pelas escolas.

Assim sendo, e conforme já pontuado no corpo desta produção, ao longo da história recente, manifestações em defesa da preservação do meio ambiente, os tratados produzidos nos diferentes encontros e conferências mistos (governo e sociedade), leis, e pesquisas estão postas, servindo, ainda que de forma pouco eficiente e efetiva, de subsídios à consolidação de iniciativas públicas e/ou privadas em educação ambiental.

Outrossim, conclui-se que, em se tratando de implementação e manutenção de uma política de educação ambiental, na escola pública, como é o caso da Escola Estadual Profª Ofenísia Soares Freire, ainda é o principal e exaustivo desafio a ser superado, seja pela precariedade da própria política de educação, pela falta ou deficiência de capacitação em educação ambiental, pela indisposição de professores, corpo diretivo, estudantes e pessoal de apoio, entre outros. Há nisso, portanto, a necessidade de construir um processo de sensibilização/reflexão e mobilização da comunidade escolar, que motivada por uma perspectiva comum deverá propor e desenvolver alternativas à superação dos problemas ambientais.

O princípio desta sensibilização, embora gerado no seio da escola não deverá estar limitado aos muros do ambiente escolar. É preciso transcender estes limites físicos, chegar à comunidade-sede da escola e também às comunidades adjacentes, sendo capaz de produzir e multiplicar conhecimentos de forma permanente e continuada, de formar educadores e protagonistas ambientais, e, sobretudo, de contribuir com a construção de uma nova consciência sócio-ambiental equilibrada e sustentável.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, Carlos Fonseca, 1965 – *LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo* / Carlos Fonseca Brandão. – 3 ed. Atualizada – São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

BRASIL. *PNEA (Lei 9795/99)*. Acessada em 29 de março de 2009. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/.../lei9795.pdf>

_____. *PRONEA*. Acessado em 29 de março de 2009. Disponível no site: www.mma.gov.br/port/SDI/ea/pronea.html

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.

FONTES, Isadora Pereira. *A educação ambiental como uma perspectiva para o ensino de Ciências*. In: ARAUJO, Maria Inez Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento; ANDRADE, Djalma (orgs.). *Desafios da formação de professores para o século XXI: o que deve ser ensinado? O que deve ser aprendido*. São Cristóvão: EDUFS, 2008. p. 159-162.

LE GRAND, Lesley. *Challenges for environmental education in southern Africa: integrating knowledge systems through the social organization of trust*. In: South African journal of education. vol. 21, nº2, 2001. p. 71-75

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARQUES, Phelippe Pomier, CASTRO; Ronaldo Souza de (orgs.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania* – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. *Política e educação*. 5ª ed - São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROHDEN, Huberto. *Novos rumos para a educação*. Texto Integral. São Paulo: Marin Claret, 2005.

SAUVÉ, Lucie. *Uma cartografia das correntes em educação ambiental*. In: CARVALHO, Isabel Cristina Moura; SÁTO, Michèle (org.). *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

Sustentabilidade, cidadania e estratégias ambientais: a experiência sergipana / organização, Rosimeri Melo de Souza, Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

TAPIA, J. A.; FITA, E. C. ***A motivação em sala de aula.*** São Paulo: Loyola, 1999.

UNESCO. ***Carta de Belgrado.*** Acessada no dia 29 de março de 2009. Disponível no site: www.cidade.usp.br/educar2003/mod6/arquivos/15.doc

UNESCO. ***Declaração de Tbilisi (1978).*** Acessada no dia 29 de março de 2009. Disponível no site: <http://educacao.riodasostraj.gov.br/pdf/rearo/pdf/decltbilisi.pdf>

Google Earth Program / NASA.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

Curso de Especialização em Educação Ambiental para a Formação de Professores

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Maria Auxiliadora Gomes Santos

auxiliadora.gs@hotmail.com

QUESTIONÁRIO 01

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO ALUNO DA ESCOLA ESTADUAL PROF^a

OFENÍSIA SOARES FREIRE

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: () menos de 18 () entre 19-30 () entre 31-50 () mais de 51

Escolaridade: () 1º Grau () 2º Grau

1. O que você entende por educação ambiental?

2. A escola já desenvolveu algum projeto ou ação de educação ambiental?

() Sim () Não

Caso tenha respondido sim, cite qual atividade a escola desenvolveu:

3. Na sua opinião, o que pode motivar uma pessoa a agir para ajudar o meio ambiente?

4. Você se considera preparado(a) para participar de ações em defesa do meio ambiente?

() Sim () Não Como?

5. Liste os principais problemas relacionados às questões ambientais que são encontrados na escola em que você estuda, assim como no bairro onde está a escola:

6. Como você acha que pode ajudar a resolver este(s) problema(s)?

7. Você acredita ser interessante o desenvolvimento de projetos e ações sócio-educativas ambientais na sua escola/comunidade?

() Sim () Não

Porque?

8. Na sua opinião, como o professor-educador e o aluno podem contribuir com a resolução dos problemas ambientais da sua escola/comunidade?

9. Que tipo de ação ambiental você sugere para ser implementada na sua escola/comunidade?

Muito obrigada por ter usado seu tempo para preencher este questionário!

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

Curso de Especialização em Educação Ambiental para a Formação de Professores

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Maria Auxiliadora Gomes Santos

auxiliadora.gs@hotmail.com

QUESTIONÁRIO 02

PERFIL AMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL OFENÍSIA SOARES FREIRE

01. Diretor(a): _____.

02. Endereço: _____

03. Quantos professores atuam na escola? _____.

04. Quantos alunos estão matriculados? _____.

05. A escola desenvolve (desenvolveu) projetos na área ambiental?

() Sim

() Não

Caso afirmativo. Qual(is): _____

Obs: caso a resposta tenha sido negativa, desconsidere as perguntas a) e b) abaixo descritas:

a) Quantos professores estão (estiveram) envolvidos no desenvolvimento do(s) projeto(s)? _____

b) Como é (foi) a participação e o envolvimento dos alunos e da comunidade onde a escola está inserida no(s) projeto(s)?

c) Quais os resultados (quantitativos e qualitativos) alcançados por essas ações?

d) Quais os impactos (as transformações) gerados na comunidade escolar “Ofenísia Soares Freire” (professores, coordenação-direção, alunos...)?

e) Quais são(foram) as principais dificuldades encontradas pelos professores que desenvolvem(ram) o(s) projeto(s)?

08. Os professores são (foram) incentivados e motivados para estarem desenvolvendo atividades sócio-educativas ambientais com seus alunos?

12. No espaço físico da escola e no seu entorno possui parques, praças, áreas arborizadas, horta, ou outros espaços que poderão ser utilizados para desenvolver ações sócio-educativas ambientais?

13. Já foram realizadas atividades de campo (levar os alunos para fora da sala de aula para atividades ao ar livre) para trabalhar a realidade local sobre as questões ambientais no espaço escolar ou no bairro onde está inserida a escola? Se a resposta for positiva, cite algumas iniciativas e qual(is) disciplinas foi(ram) envolvida(s)?

Muito Obrigada pela disposição em preencher com seus dados!